

**ASSESPRO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
Congresso Nacional  
11ª Edição do Fórum Parlamentar do Brics

**Cooperação Interparlamentar para uma inteligência artificial responsável e inclusiva**

Durante a 11ª Edição do Fórum Parlamentar do Brics, na quinta (5), representantes de parlamentos dos países-membros defenderam o desenvolvimento de uma inteligência artificial que seja ética, inclusiva e baseada em princípios de responsabilidade e transparência. A 4ª sessão de trabalho do encontro, com o tema "**Cooperação Interparlamentar para uma Inteligência Artificial Responsável e Inclusiva**", foi aberta pelo presidente da Câmara dos Deputados, **Hugo Motta** (REP/PB), com participação do senador **Humberto Costa** (PT/PE) e do deputado **Fausto Pinato** (PP/SP).

Participaram dos debates:

- » **Alexander Zhukov**, da Duma Estatal da Federação Russa;
- » **Wang Ke**, do Congresso Nacional do Povo da China;
- » **Mostafa Taheri**, da Assembleia Consultiva Islâmica do Irã;
- » **Mohamed El Sallab**, da Câmara dos Representantes do Egito;
- » **Ian Pedro Carbonell Karell**, da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba;
- » **Sara Falaknaz**, do Conselho Nacional Federal do Emirados Árabes Unidos; e
- » **Om Birla**, da Câmara Baixa do Parlamento da Índia.

O deputado **Hugo Motta** (REP/PB) abriu a quarta sessão de trabalho ressaltando a necessidade de **garantir transparência e ética no desenvolvimento e uso da inteligência artificial**, com especial atenção à mitigação de preconceitos algorítmicos e à proteção dos direitos fundamentais. Enfatizou o fortalecimento da privacidade e da segurança de dados, ao mesmo tempo em que se promovia a inovação e o compartilhamento de conhecimento entre os países do bloco. Destacou ainda a **importância de garantir a soberania dos dados, a segurança cibernética e a proteção da propriedade intelectual e dos direitos autorais**.

**Alexander Zhukov**, representante da Rússia, destacou a inteligência artificial como uma **tecnologia estratégica do século XXI**, com impactos crescentes em diversos setores. Segundo ele, cerca de 60% das empresas russas já adotaram ou estão adotando IA. Ressaltou que essa tecnologia pode promover o desenvolvimento sustentável e reduzir desigualdades entre os países do BRICS, com um impacto econômico estimado entre US\$ 350 bilhões e US\$ 600 bilhões até 2030.

Anunciou a **criação da Aliança Internacional BRICS sobre IA**, visando coordenar políticas e fomentar o diálogo multilateral, e convidou outros países a participarem. Destacou a experiência de Moscou com mais de 100 projetos de IA em áreas como saúde, gestão urbana e serviços públicos, além do uso de IA na administração pública e no planejamento orçamentário. Defendeu **padrões éticos e de segurança internacional para o uso da IA** e informou que a Rússia já implementou seu Código de Ética em IA, com adesão de mais de 900 entidades. Finalizou **apoiando a proposta brasileira de uma declaração dos líderes do BRICS sobre governança da IA** e reafirmou o compromisso da Rússia com a cooperação internacional nesse campo.

**Wang Ke**, representante da China, ressaltou o rápido avanço da inteligência artificial como **motor de transformação industrial e desenvolvimento econômico-social global**, mas alertou para riscos que exigem cooperação internacional. **Criticou o protecionismo que**

**constrói "pequenos pátios com muros altos"**, dificultando a integridade das cadeias globais de suprimentos e a capacidade coletiva de enfrentar os desafios da IA e defendeu a cooperação no BRICS, destacando a criação do **Centro de Cooperação em IA da China**, que já promove fóruns e treinamentos conjuntos com o Brasil, com novas sessões previstas para 2025. Propôs quatro princípios para a atuação das instituições legislativas frente à inteligência artificial: (i) IA para o bem comum; (ii) inovação e abertura; (iii) inclusão e benefício para todos; e (iv) segurança e desenvolvimento equilibrados, articulados pelo Centro de Desenvolvimento e Cooperação em IA dos BRICS. Por fim, afirmou a disposição do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional para fortalecer a cooperação legislativa com os BRICS.

O iraniano, **Mostafa Taheri**, iniciou sua fala destacando a relevância e o caráter estratégico do encontro, voltado a uma temática crucial para o futuro comum. Destacou que a **assimetria regulatória** entre os países BRICS tem gerado confusão entre os diversos atores envolvidos, **dificultando a execução de projetos conjuntos**, a **troca de dados** e a **cooperação multilateral**. Propôs que o bloco avance no sentido de **alinhar suas regulamentações e estabelecer padrões comuns**.

Apontou ainda, propostas estruturantes para organizar a sinergia entre os membros do bloco. Dentre elas, destacou a **criação de uma agência multilateral especializada em IA**, específica para o BRICS, com **3 eixos de atuação**: (i) harmonização de padrões regulatórios entre os países membros; (ii) desenvolvimento de infraestrutura tecnológica de ponta, – *incluindo centros de dados de grande porte, redes de comunicação de alta velocidade, fontes sustentáveis, padronização técnica e compartilhamento de informações*; e (iii) gestão e transferência segura de dados, incluindo a criação de repositórios compartilhados e a celebração de acordos bilaterais e multilaterais para facilitar o intercâmbio de dados, respeitando a soberania e as legislações nacionais sobre dados estratégicos e pessoais.

Defendeu o investimento em educação superior, pesquisa aplicada, programas de intercâmbio de excelência, criação de vistos científicos especiais, incentivo ao retorno de talentos e à formulação de políticas conjuntas para o desenvolvimento de recursos humanos qualificados nos países do bloco. Como encaminhamentos práticos para a concretização desses objetivos, sugeriu: (i) criação de um **grupo de trabalho especializado em IA** no âmbito do BRICS; (ii) constituição de um **fundo de investimento conjunto** destinado a financiar projetos prioritários na área; (iii) elaboração de uma **declaração conjunta de princípios éticos e de governança** para orientar o uso responsável da inteligência artificial; e (iv) realização de **avaliações anuais de progresso**, alinhadas a um roteiro estratégico comum.

O parlamentar egípcio **Mohamed El Sallab** destacou que a inteligência artificial representa uma transformação estrutural abrangente e que seus benefícios só poderão ser plenamente aproveitados se sua concepção, desenvolvimento e aplicação forem guiados por princípios de responsabilidade e ética. Enfatizou a **importância de proteger os valores humanos, a privacidade, a segurança e a transparência ao longo de todo o ciclo de vida da tecnologia**. Segundo ele, os parlamentares têm uma responsabilidade ativa nesse processo, sendo seu dever moldar o caminho do desenvolvimento tecnológico de forma a assegurar que seus benefícios sejam distribuídos de maneira justa e contribuam para a construção de sociedades mais equitativas. Propôs a **criação de marcos regulatórios robustos**, capazes de enfrentar desafios relacionados à responsabilidade, à transparência, à justiça, à proteção de dados, à privacidade e à adoção de princípios éticos.

Reforçou o papel fiscalizador dos parlamentos e ressaltou a importância da conscientização pública, do incentivo a parcerias público-privadas e do fortalecimento da cooperação internacional, com destaque para o diálogo entre os parlamentos dos países do BRICS. Concluiu afirmando que, por meio da **cooperação interparlamentar**, será possível

desenvolver **capacidades institucionais, assegurar os recursos orçamentários necessários e ampliar o acesso igualitário aos avanços proporcionados pela inteligência artificial**, promovendo assim um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

O representante cubano **Ian Pedro Carbonell Karell**, afirmou que a discussão sobre IA ultrapassa a tecnologia, sendo também um tema político, econômico e ético que deve ser governado preservando soberania e interesse público, especialmente do Sul Global. Propôs uma **regulação estratificada: flexível** na pesquisa científica para estimular inovação e **rígida** nos serviços que afetam diretamente as pessoas, garantindo transparência e proteção contra danos. Defendeu **modelos de IA abertos, auditáveis e públicos** para reduzir desigualdades tecnológicas e evitar monopólios. Ressaltou que os riscos da IA variam conforme o uso, recomendando uma **regulação proporcional e multidisciplinar** envolvendo cientistas, juristas e especialistas. Pediu cooperação interparlamentar para compartilhar boas práticas, promover padrões éticos e tecnologias acessíveis, e alertou contra o uso da IA para violar direitos, manipular ou minar o Estado de Direito. Por fim, enfatizou que a regulação da IA deve refletir a vontade democrática dos povos, expressa por seus parlamentos, e não ser deixada ao mercado.

**Sara Falaknaz**, representante dos Emirados Árabes Unidos, ressaltou a importância estratégica da inteligência artificial nos debates do Fórum Parlamentar do BRICS, enfatizando que a tecnologia está moldando rapidamente a economia global, com estimativas **de impacto superior a US\$ 15 trilhões até 2030**, sendo capaz de **transformar a produtividade, os serviços públicos e o futuro do trabalho**. No contexto dos BRICS, defendeu que a inteligência artificial pode atuar como uma **“equalizadora estratégica”**, desde que os algoritmos sejam justos, os dados devidamente protegidos e o crescimento econômico distribuído de forma equitativa.

Destacou o compromisso dos Emirados Árabes Unidos com uma inovação centrada no ser humano, lembrando que o país foi pioneiro ao **nomear, ainda em 2017, um ministro de Estado para Inteligência Artificial**. Mencionou que a **Estratégia Nacional de IA dos Emirados**, vigente até 2031, busca integrar a tecnologia aos serviços públicos, à educação e à economia, sempre respeitando padrões éticos e valores sociais. Ressaltou, ainda, a existência de uma legislação nacional voltada à proteção de dados e a criação da **primeira universidade de pós-graduação do mundo dedicada exclusivamente à inteligência artificial**. Ao concluir, reafirmou os princípios que orientam a política de IA dos Emirados – *ética, inovação inclusiva e cooperação internacional* – e conclamou os parlamentares dos BRICS a assegurarem que a inteligência artificial seja utilizada em favor da justiça, da equidade e do desenvolvimento inclusivo, sem que nenhuma nação seja deixada para trás.

**Om Birla**, representante da Índia, apresentou no Fórum Parlamentar do BRICS a experiência indiana no campo da tecnologia, como o **Parlamento Digital** (Sansad Digital), que modernizou os processos legislativos por meio da inteligência artificial, tornando-os mais eficientes, transparentes e acessíveis. Compartilhou, ainda, a missão **“IA para todos, IA para o bem”**, que busca aliar os valores éticos tradicionais à inovação tecnológica, com aplicações em áreas estratégicas como saúde, agricultura, educação, clima e governança. Citou, também, a **criação de mais de 200 laboratórios de dados**, programas de capacitação e concessão de bolsas de estudo voltadas aos jovens.

Ressaltou o protagonismo da Índia nas pesquisas sobre *deepfakes*, no desenvolvimento de testes de estresse para sistemas de IA e na formulação de padrões éticos que assegurem o uso seguro da tecnologia. No âmbito socioeconômico, mencionou os impactos positivos da digitalização de pagamentos e subsídios, que proporcionaram ao país **uma economia superior a US\$ 33 bilhões**. Afirmou que a Índia conta com um arcabouço legal robusto para garantir o uso responsável da inteligência artificial e que o país se consolida como uma potência global no

setor, graças à sua **infraestrutura tecnológica e ao investimento contínuo em capital humano**.

Ao encerrar, reforçou o **compromisso da Índia com a construção de um marco ético internacional pautado no bem comum e na inclusão global**, apelando para que as nações unam esforços na formulação de princípios compartilhados que orientem o desenvolvimento e o uso da inteligência artificial em benefício de toda a humanidade.

O deputado **Hugo Motta** (REP/PB) encerrou a sessão destacando o crescimento exponencial do interesse público e político em torno da inteligência artificial. Ressaltou que o **desafio regulatório é complexo** e defendeu que os **países não podem se limitar ao papel de meros consumidores passivos das inovações tecnológicas**, sob o risco de se tornarem dependentes de normas e padrões impostos por atores externos. No contexto nacional, mencionou a instalação de uma comissão destinada a debater o projeto sobre o uso da inteligência artificial. Segundo ele, o **intercâmbio promovido pelo Fórum Parlamentar é essencial para enriquecer a construção legislativa brasileira sobre o tema**, ao possibilitar o contato com diferentes experiências e perspectivas.

Reiterou que o objetivo central é **assegurar que as tecnologias emergentes estejam sempre a serviço do bem-estar das populações – e não o contrário**. Comparou o avanço da inteligência artificial a marcos históricos da humanidade, como a descoberta do fogo, que **pode tanto impulsionar o progresso quanto representar riscos**. Enfatizou, ainda, a importância do diálogo e da cooperação internacional para garantir o uso ético e responsável das inovações, defendendo que o futuro seja moldado de maneira plural, democrática e inclusiva.